

UNIVERSIDADE BRASILEIRA: CENTRO DE RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA OU CENTRO DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO?

Edwar Castelo Branco*

resumo

Discuto o desenvolvimento do ensino universitário no País, particularizando o impacto das ditaduras Vargas e Militar no processo.

Concluo que tais ditaduras traumatizaram as universidades brasileiras no momento mesmo da definição de seu papel, o que contribuiu para se afirmar, historicamente, o conceito de universidade exclusivamente como centro da resistência democrática. Identifico na incapacidade de superar este anacronismo uma fonte privilegiada das mazelas atuais do ensino universitário.

A empreitada que assumimos num texto desta natureza — discutir o papel da universidade no contexto da sociedade contemporânea brasileira — equivale a lançar os olhos sobre a instituição num contexto moldado principalmente pela liberdade de expressão e de criação, em relação ao período dos governos militares, de cuja herança aparentemente não conseguimos nos libertar, a despeito dos paradoxos e continuidades desta interminável “transição”.

Assim, auxiliados pela valiosa obra de Otaíza Romanelli¹, elegemos a virada dos anos cinquenta para os anos sessenta como o momento inicial da nossa caminhada. Um corte cronológico que se justifica, em primeiro lugar, pelo fato de que historicamente aqueles foram anos decisivos na história política do País e, em segundo lugar,

* Pós-graduado pelo Programa de Mestrado em Educação - UFPI

pela nossa opção teórica de leitura da sociedade brasileira como sistema social, a fim de facilitar a visão global dos reflexos produzidos pela direção imposta ao Brasil naqueles anos nos diversos campos da existência social, particularmente no ensino universitário.

Os governos de Jânio Quadros e João Goulart, remanescentes do populismo que se afirmara no País a partir do final do governo Gaspar Dutra (1946 a 1951), foram férteis na clarificação do antagonismo de interesses entre os setores burgueses e os setores operários. Tal clarificação resultava, politicamente, do fato claramente constatado por Edward Thompson de que nos períodos de crise as forças sociais se transformam em forças políticas.² Desse modo, a crise econômica que gerava distensões internas à própria classe dominante e traduzida em profundas desigualdades sociais, foi impondo ao Brasil um campo de possibilidades ambíguo: caminhar rumo à “esquerdização”, com aprofundamento das “reformas de base” janguistas, ou enquadrar-se no contexto do capitalismo internacional definitivamente como periferia. O movimento militar de 1964, traduzido numa quartelada que apeou o presidente Goulart e brecou as suas aludidas reformas, entre as quais se destacava a reforma universitária, não deixou dúvidas quanto à opção assumida: navegamos no sentido de ser periferia do sistema capitalista internacional.

Tal decisão, entretanto, se embutia de certas implicações que se refletiriam no sistema educacional, dado ao fato de que a educação atua na sociedade em dois sentidos: no desenvolvimento das forças produtivas e no desenvolvimento dos valores culturais.³ O ser periferia no sistema capitalista internacional referendava a tese smithiana da Divisão Internacional do Trabalho e implicava fortalecer o discurso de que “é preciso fazer o bolo crescer para só então dividi-lo”, ou seja, o modelo econômico brasileiro resultante daquela decisão era ao mesmo tempo de expansão econômica e concentrador de riquezas. Atuando a educação no desenvolvimento das forças produtivas, como dito, a política de educação superior, cuja marca característica é o seu caráter estatal⁴, vai, para estar em sintonia com a materialidade descrita, estar moldado pela

“necessidade de atender à demanda por mão de obra

qualificada e, por outro lado, à demanda social por educação, resultante da quebra dos padrões tradicionais de ascensão da classe média”.⁵

Deste modo, a Lei 5.540, de 1968, que “reformou” a universidade brasileira, pretendeu enquadrar o ensino universitário no Brasil dentro desta “nova ordem” e a sua compreensão impõe um reconhecimento dos acordos MEC-USAID, da Comissão Meira Matos e, principalmente, do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GT). No limite, a Comissão e o GT refletiam os pressupostos dos acordos MEC-USAID e traduziam a ingerência dos interesses imperialistas norte americanos na política de ensino no Brasil. A reforma imposta pela Lei 5.540/68, enformada pelo quadro descrito acima, buscou prioritariamente dotar a universidade de racionalidade, economia e funcionalidade.

Acrescente-se, com o objetivo de definir o papel da universidade brasileira hoje, o fato de que a expansão das instituições universitárias e

“as grandes inovações introduzidas no campo da educação superior no Brasil ocorreram durante dois regimes autoritários: o período Vargas (1930-1945) e o Regime Militar (1964-1985)”.⁶

Desse modo, a expansão da Universidade brasileira vai se dar num período de exceção e, por consequência, o crescimento de um público de classe média, intelectualizado e propenso a participar politicamente da vida do País, vai esbarrar num modelo político que atua principalmente através da censura, das prisões e dos assassinatos. Este fato, na nossa opinião, vai ter profunda significação na determinação do papel da universidade no imaginário de seus agentes — professores, alunos e servidores. A excentricidade do período vai traumatizar a universidade no momento justamente da definição do seu papel social.

O exílio, a censura, os assassinatos, as aposentadorias compulsórias e outros tantos artifícios de “defesa” vão definir, do ponto de vista dos agentes universitários — professores, alunos e servidores —, o papel da instituição: o de funcionar como um centro da resistência democrática. Do ponto de vista do Estado autoritário a universidade

também não é mais do que um covil de subversistas que precisam ser vigiados, cooptados e controlados. É o velho princípio newtoniano de que a uma ação corresponde uma reação. O resultado é desastroso para a política de ensino superior no Brasil, pois as universidades, através de seus agentes, não conseguem criar referenciais próprios, não se reconhecem como um centro de produção e de difusão do saber, mas como um centro da resistência democrática e, do ponto de vista do Estado brasileiro, fica reforçada uma situação existencial segundo a qual

“em sua tradição colonial autoritária que se prolonga até os dias de hoje, o Estado sempre exerceu de cima para baixo seu monopólio de fundador, legislador, administrador, financiador, controlador do ensino público superior”.⁷

Superado o período de exceção, as universidades brasileiras, quase todas, parecem não ser capazes de redimensionar seus papéis: incapazes de criar referenciais propriamente universitários, como dito, continuamos buscando referenciais externos e nos reconhecendo mais como “petistas”, “comunistas”, “governistas”, etc., do que como acadêmicos. Do mesmo modo,

“A eleição de chefes de Departamento, diretores de institutos, decanos e reitores, à base do voto paritário e de perfis mal definidos para os candidatos, permitiu subversão dos princípios acadêmicos básicos em nome da democracia (mal compreendida)”.⁸

Por tudo isto, a universidade brasileira está atônita, ao que se somam as constantes e sistemáticas investidas do Estado contra o ensino superior público. O resultado é que, não se reconhecendo como academia, a Universidade tende a tomar a pesquisa e o ensino como fins em si mesmos, o que, para a primeira, impõe

“O risco de perder as raízes que a ligam aos problemas reais para cuja solução fora originalmente solicitada (...)”

entrincheirando-se em concepções ideológicas”⁹,
e, para o segundo, reserva a triste tarefa de veicular apenas a ciência
já feita, negando espaço à

“ciência em vias de fazer-se ou em processo, a ciência em
curso ou em elaboração”.¹⁰

O primeiro ponto, portanto, da pauta de emergência nas
universidades brasileiras, a meu ver, é a clarificação por parte dos
agentes universitários do papel da universidade e dos papéis de cada
um. Particularmente, é necessário derrubar mitos que colocam a
universidade como um exclusivo centro da resistência democrática. As
universidades não são apenas nem principalmente isto. São, antes, centros
excelentes de produção do conhecimento, de diálogo da ciência. Deixar
de vê-las como comitês eleitorais — ou, quando muito, como centro de
formação de militantes — talvez seja um passo importante para reunir
as forças de que as instituições precisam para ter o seu papel social
reconhecido pela sociedade e, em consequência, se revestirem da força
que necessitam, politicamente, para combater os constantes ataques
que o governo — principalmente mas não exclusivamente nestes tempos
de neoliberalismo — tem imposto a estas instituições.

A criação de universidades no Brasil, cinquenta anos após o seu
surgimento na Europa e quatrocentos anos depois de sua chegada ao
continente americano, não são constantemente lançados por vários
estudiosos da educação brasileira em geral e da história da universidade
em particular, seja porque não houve ainda a implicação para vários
prelhos da nossa universidade no mundo, seja porque ele evidenciou a
“totalidade” do colonizador português em coisa que está a operar uma guerra
socialista de que seja a universidade para os Colégios Jesuítas sempre
equivalentes às nobres cidades hispano-americanas (cf. Cunha, 1986, p. 131).

Neste trabalho procuramos reverter: porque a universidade

“Aluno do Programa de Mestrado em Educação - UFPA”

Org. de [nome] [sobrenome] [n.º] [pp. 29-30] [rev?]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ ROMANELLI, Otaiza. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Rio de Janeiro, Vozes, 1978.
- ² THOMPSON, E. P. *The making of the english working class*. Londres, 1982. Citado em MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro, editora Access, 3.ed., 1994.
- ³ BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação?* São Paulo, brasiliense, 1987.
- ⁴ FREITAG, Bárbara. *Análise crítica das políticas de educação superior no Brasil*. Dois Pontos, primavera de 1994.
- ⁵ ROMANELLI, Otaiza. Obra citada.
- ⁶ FREITAG, Bárbara. Obra citada.
- ⁷ _____ . Obra citada.
- ⁸ _____ . Obra citada.
- ⁹ SANTANA, R. N. M. *Plano de atividades apresentado ao DEECON/UFPI, para o ano de 1992*. Mimeografado.
- ¹⁰ _____ . Obra citada.